





TRILHA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO


SUMÁRIO

 Início


Estrutura da ANPD

 Primeira parada


Processo de fiscalização

 Segunda parada


Processo administrativo sancionador processo preparatório

 Terceira parada


Processo administrativo sancionador instauração e instrução do processo

 Quarta parada


Processo administrativo sancionador fase de decisão e aplicação de sanções

 Quinta parada


Análise de casos

 Sexta parada

Recursos

 Sétima parada

Cumprimento da decisão e revisão

 Fim da trilha

Medidas corretivas e de adequação dentro da estrutura do agente de tratamento

Com a atuação cada vez mais presente da **Autoridade Nacional de Proteção de Dados** (ANPD), é essencial que os agentes de tratamento estejam **preparados e informados** sobre o funcionamento da Autoridade, sua estrutura, suas competências, seu alcance de atuação e as diversas etapas de um processo administrativo. Isso os capacitará a responder de forma mais eficaz a eventuais processos de fiscalização ou sancionatórios.

Muitas vezes, as sanções aplicadas **poderiam ser atenuadas** nas fases iniciais do processo, **caso os agentes** de tratamento tivessem **maior clareza** sobre o que é esperado em cada etapa.


Assim, com o **intuito de promover a compreensão sobre o rito administrativo adotado pela ANPD** até a aplicação de sanções, ao longo deste ano lançaremos **Guias mensais** que detalharão o processo administrativo da ANPD.

Nosso **propósito é capacitar os agentes** de tratamento para que possam agir com diligência durante um processo administrativo, buscando, sempre que possível, atenuar as sanções aplicadas em casos de incidentes ou descumprimento da legislação.

O que nossas publicações irão abordar?




ESTRUTURA DA ANPD

 Início

No **primeiro Guia**, abordaremos a estrutura da ANPD, seus papéis, suas competências e os princípios que devem guiar um processo administrativo.



PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO

 Primeira parada

Em seguida, detalharemos as **atividades de monitoramento, orientação e prevenção** que compõem o processo de fiscalização. Avaliaremos como e quando a ANPD pode exercer sua competência fiscalizatória, oferecendo orientações sobre como proceder quando a ANPD solicitar medidas de regularização e como elaborar um plano de conformidade. Neste material **também abordaremos as principais maneiras pelas quais a ANPD pode iniciar um processo de fiscalização.** Além das ações de ofício, a ANPD segue um modelo de fiscalização responsiva, no qual um processo pode ser iniciado quando (i) há uma notificação de incidente pelo controlador ou (ii) um requerimento do titular dos dados.

Processo Administrativo Sancionador

PROCESSO PREPARATÓRIO

Segunda parada

Neste Guia, exploraremos o **início de um processo administrativo** e suas diferentes fases. Explicaremos o que envolve a fase preparatória, quando é apropriado propor um Termo de Ajustamento de Conduta, seus requisitos e as **ações que podem ser tomadas** pelo agente de tratamento nesta etapa.

Processo administrativo sancionador

INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Terceira parada

Neste Guia detalharemos as **fases de instauração e instrução do processo administrativo sancionador incluindo a emissão do auto de infração**, a defesa do autuado, a produção de provas, a participação de partes interessadas, os prazos envolvidos, até as alegações finais e a elaboração do relatório de instrução.

Processo Administrativo Sancionador

FASE DE DECISÃO E APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Quarta parada

Finalizando as etapas do processo administrativo, abordaremos as **possíveis sanções, a possibilidade de julgamento conjunto** e a **aplicação do Regulamento de Dosimetria**, destacando as ações que o agente de tratamento pode tomar para atenuar as sanções impostas.

ANÁLISE DE CASOS

Quinta parada

Para tangibilizar as fases do processo administrativo, faremos **uma análise detalhada de casos reais de sanções aplicadas pela ANPD**. Para isso, serão examinados os **relatórios de instrução** disponibilizados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados que fundamentaram as sanções **impostas** a diversas organizações como Telekall, SES-SC, IAMSPE, INSS e JBRJ, avaliando as **similaridades e as diferenças entre os casos**, e buscando uma compreensão do racional da ANPD nestas sanções.



RECURSOS

📍 Sexta parada

Neste material, abordaremos as **instâncias de recurso na ANPD**, os recursos disponíveis, seus **requisitos e efeitos**, o processo de juízo de reconsideração, a competência para avaliar a admissibilidade e julgamento do recurso, bem como o cumprimento da decisão. Também abordaremos a possibilidade de **revisão judicial** da decisão administrativa e seus requisitos.

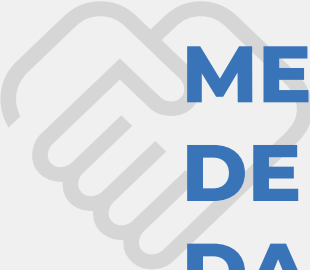


CUMPRIMENTO DA DECISÃO E REVISÃO


📍 Sétima parada

Superada a fase recursal, neste Guia iremos analisar a fase de **cumprimento da decisão e implementação das medidas determinadas pela ANPD**, que será acompanhada pela Coordenação-Geral de Fiscalização para acompanhamento do cumprimento efetivo da decisão. Abordaremos como o agente de tratamento de dados pode estruturar seus processos internos para assegurar a conformidade com as determinações da ANPD, incluindo a adoção de **práticas de segurança e governança de dados**.

Ao final, **avaliaremos a possibilidade de revisão da decisão** sancionadora pela ANPD caso surjam novos fatos relevantes que justifiquem a inadequação da sanção aplicada, desde que a revisão não resulte em agravamento da sanção. Iremos examinar os critérios e procedimentos envolvidos nesse processo de revisão, para garantir que haja **transparência e imparcialidade na análise de novas evidências**.



MEDIDAS CORRETIVAS E DE ADEQUAÇÃO DENTRO DA ESTRUTURA DO AGENTE DE TRATAMENTO

 Fim da trilha

No **último Guia**, exploraremos as **medidas corretivas e de adequação** que podem ser adotadas pelo agente de tratamento após a identificação de irregularidades ou violações às normas de proteção de dados, destacando a **importância da prevenção e da adoção de medidas proativas para garantir a conformidade com a legislação de proteção de dados**. Isso inclui a implementação de políticas, processos e tecnologias para corrigir as falhas identificadas e garantir a conformidade contínua com a legislação, por meio do monitoramento e aprimoramento periódico do programa de governança da organização.

Com estes **materiais mensais**, buscaremos oferecer uma **visão detalhada do processo administrativo ANPD**, fornecendo aos agentes de tratamento as ferramentas necessárias para compreender e enfrentar de modo eficaz os desafios relacionados ao cenário regulatório atual de proteção de dados. Ao explorar as diferentes etapas do processo, desde a estrutura da ANPD até a análise de casos reais, esperamos capacitar as organizações a **agir com diligência e responsabilidade** diante de potenciais processos de fiscalização ou sancionatórios.

b/luz
deixa com a gente

Para saber mais, acesse nosso site ou
nos acompanhe nas redes sociais.



baptistaluz.com.br